

# **Construção e Mensuração de um Índice de Disclosure Voluntário para os portais de Municípios Paranaenses**

**Vinicius Abilio Martins** (UNIOESTE) - [viniciusabilio@gmail.com](mailto:viniciusabilio@gmail.com)

**Wesley Vieira da Silva** (PUCPR) - [wesley.vieira@pucpr.br](mailto:wesley.vieira@pucpr.br)

**Tatiana Marceda Bach** (PUCPR) - [tatibach@gmail.com](mailto:tatibach@gmail.com)

**Janaína Gabrielle Moreira Campos da Cunha Amarante** (PUC PR) - [gabrielle88\\_@hotmail.com](mailto:gabrielle88_@hotmail.com)

**Alceu Souza** (PUCPR) - [alceu.souza@pucpr.br](mailto:alceu.souza@pucpr.br)

**Marta Chaves Vasconcelos** (PUCPR) - [martacvasconcelos@hotmail.com](mailto:martacvasconcelos@hotmail.com)

## **Resumo:**

*Este estudo objetiva construir e mensurar um índice de disclosure voluntário para os portais de municípios do Estado do Paraná. Desenvolveu-se uma escala para mensurar o índice de Disclosure Público Municipal (IDP-M), elaborada com base nas preconizações da literatura e por análise de conteúdo de portais eletrônicos dos municípios. Realizou-se o pré-teste e a validade de face (face validity) para aprimorar o índice proposto. A escala foi composta por 16 construtos que avaliavam indicadores dicotômicos. Avaliaram-se os construtos por 113 indicadores. Os construtos que apresentam o valor médio mais alto em relação ao total de municípios analisados (IDP-M) se referem às notícias atualizadas; a legislação municipal e instrumentos de planejamento; a relação com os cidadãos e sociedade; a participação da sociedade na gestão pública e as informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores. O menor nível de disclosure estava relacionado a segurança pública. A média do índice de disclosure evidenciada pelos municípios foi de 23,49%. Este estudo contribui para identificação de variáveis na literatura associadas à gestão pública transparente, para identificação de variáveis inerentes aos sites municipais e para avaliar nível de evidenciação e disclosure.*

**Palavras-chave:** *Índice. Disclosure Voluntário. Municípios paranaenses.*

**Área temática:** *Metodologias de ensino e pesquisa em custos*

## Construção e Mensuração de um Índice de *Disclosure* Voluntário para os portais de Municípios Paranaenses

**Resumo:** Este estudo objetiva construir e mensurar um índice de *disclosure* voluntário para os portais de municípios do Estado do Paraná. Desenvolveu-se uma escala para mensurar o índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M), elaborada com base nas preconizações da literatura e por análise de conteúdo de portais eletrônicos dos municípios. Realizou-se o pré-teste e a validade de face (*face validity*) para aprimorar o índice proposto. A escala foi composta por 16 construtos que avaliavam indicadores dicotômicos. Avaliaram-se os construtos por 113 indicadores. Os construtos que apresentam o valor médio mais alto em relação ao total de municípios analisados (IDP-M) se referem às notícias atualizadas; a legislação municipal e instrumentos de planejamento; a relação com os cidadãos e sociedade; a participação da sociedade na gestão pública e as informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores. O menor nível de *disclosure* estava relacionado a segurança pública. A média do índice de *disclosure* evidenciada pelos municípios foi de 23,49%. Este estudo contribui para identificação de variáveis na literatura associadas à gestão pública transparente, para identificação de variáveis inerentes aos *sites* municipais e para avaliar nível de evidenciação e *disclosure*.

**Palavras-chave:** Índice. *Disclosure* Voluntário. Municípios paranaenses.

**Área Temática:** Metodologias de ensino e pesquisa em custos.

### 1 Introdução

A transparência na evidenciação de atos praticados pela administração pública, denominado de *disclosure*, tem se tornado um ponto de elevado valor social e, cada vez mais, fica evidente diferentes atores interessados como cidadãos, investidores, empresários, políticos, entre outros em verificar como os recursos públicos estão sendo empregados. Com a promulgação da Lei 4.320 de 1964, foram instituídas normas gerais para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para a aplicação do dinheiro público por parte dos poderes constituídos e para a publicação de determinados relatórios a serem evidenciados nos atos da gestão pública (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016).

Na configuração desta abordagem, inúmeros estudos vêm se dedicando a investigar o *disclosure*, com direcionamento ao ambiente público. Avelino (2013) aponta características explicativas do *disclosure* voluntário no âmbito da Administração Pública em municípios do Estado de Minas Gerais em seus portais eletrônicos. Bairral (2013) estudou o nível de transparência pública federal nos relatórios de gestão anuais e os incentivos (político, institucional, governamental, social e financeiro) associados à divulgação da informação. Cruz (2010) verificou o nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos dos grandes municípios brasileiros. Souza et al. (2013) buscou analisar a transparência dos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte (RN) a partir da metodologia proposta por Biderman e Puttomatti (2011) que estabelece o *ranking* de transparência dos municípios por meio de variáveis como execução orçamentária, classificação orçamentária, contratos, séries históricas, possibilidade de *download* de documentos e facilidade de navegação. Outros estudos realizaram tentativas de explicação de um maior ou menor índice do *disclosure* na área pública, entre eles, podem ser citados Perez, Bolivar e Hernandez (2008), Rodriguez-Dominguez, Sanchez e Alvarez (2011), Gallego-Alvarez, Rodriguez-Dominguez e Garcia-Sanchez (2010), Baber (1983), Ingram (1984) e Christiaens (1999), dentre outros. Em sua maioria, estes estudos investigaram a evidenciação das informações de itens considerados obrigatórios ou voluntários.

Embora a proposta destes estudos direcionou-se à análise do índice de *disclosure* de forma geral, argumenta-se a possibilidade de existência de outros itens, com similar significância para a sociedade e demais atores interessados, que não foram abordados nos trabalhos anteriormente citados. Ademais, quando a administração pública evidencia informações que extrapolam o juridicamente obrigatório, ela permite aos cidadãos uma melhor avaliação da gestão ao qual estão submetidos. Assim, as informações divulgadas a título de *disclosure* voluntário podem assegurar uma maior aproximação entre o Estado e a sociedade, uma vez que existe a possibilidade de apresentação de uma linguagem mais acessível e atrativa aos cidadãos.

Em decorrência do exposto, o presente estudo tem como **objetivo construir um índice de *disclosure* voluntário para os portais de municípios do Estado do Paraná**. Para tal, desenvolveu-se uma escala para mensurar o *Disclosure* Público Municipal (DP-M), elaborada mediante a investigação de estudos prévios da literatura e pela análise de conteúdo de portais eletrônicos dos municípios. Com a intenção de verificar a existência de possíveis sobreposições e repetições entre os itens, redução da subjetividade, minimização dos erros de classificação realizou-se um pré-teste em 58 cidades. A validade de face (*face validity*), a partir da consulta a especialistas da área para aprimorar o índice proposto, contribuiu para o rigor metodológico do estudo.

Este estudo oferece contribuições tanto ao apelo prático como ao preenchimento da lacuna na literatura, consistindo a) identificação de variáveis que podem estar associadas à gestão pública transparente, com método de pontuação dicotômica; b) mapeamento das variáveis presentes nos sites dos municípios paranaenses que contribuem para sua evidenciação; e c) a construção de um indicador de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M) que permita a avaliação do nível de evidenciação e *disclosure* das informações disponibilizados nos portais eletrônicos do Estado do Paraná, a respeito da gestão pública.

Assim, o artigo é constituído da seguinte forma: na seção 2 discute-se a governança corporativa no setor público e o *disclosure* voluntário; na seção 3 apresenta-se o roteiro metodológico e detalha-se o processo de construção deste estudo; na seção 4 apresenta-se o índice de *disclosure* voluntário aos municípios paranaenses e, por fim, na seção 5 estão as considerações finais.

## **2 Referencial Teórico-empírico**

Nesta seção aborda-se o referencial teórico sobre a governança corporativa aplicada ao setor público e sobre o *disclosure* voluntário que dará sustentação as análises empíricas, bem como a construção do índice de *disclosure* voluntário elaborado.

### **2.1 Governança Corporativa no Setor Público**

Um dos primeiros estudos sobre governança corporativa é a obra de Berle e Means (1932), a qual enfatizou a influência dos conflitos da estrutura de controle e propriedade no desempenho de grandes companhias norte-americanas. Entre as décadas de 1980 e 1990, a necessidade pela implantação de governança corporativa por parte das organizações ganhou força nos Estados Unidos, na Inglaterra e demais países da Europa (BORGES; SERRÃO, 2005; OLIVEIRA *et al.*, 2004; ANDRADE 2008). Sobretudo, a partir de 2002 a governança corporativa começou a ganhar mais notoriedade entre acadêmicos e profissionais do mercado, como consequência de descobertas de uma série de fraudes contábeis que ocorreram em corporações como Enron, Worldcom, Xerox, Vivendi, Royal Ahold e Parmalat (SILVEIRA, 2004). A fragmentação da administração e a propriedade da companhia conduzem a um controle difuso e a governança corporativa surgiu no intuito de sobrepujar a díade derivada deste desmembramento. Desde então, diversos estudos têm se dedicado a investigá-la no âmbito

das organizações, inclusive nas públicas (BOVAIRD; LOFFER, 2003; FONTES FILHO, 2003; MELLO, 2006; DANTAS; ZENDERSKY; NIYAMA, 2005; GONZALEZ, 2004; BENEDICTO; RODRIGUES; ABBUD, 2013).

No âmbito público, a transparência na evidenciação dos atos praticados pela administração tem se tornado um ponto de elevado valor social, em função da ascendência do número de atores interessados em verificar o que ocorre na sociedade. Com a promulgação da Lei 4.320 de 1964, foram instituídas normas gerais para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para a aplicação do dinheiro público por parte dos Poderes constituídos e para a publicação de determinados relatórios a serem evidenciados nos atos da gestão pública (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016). Refere-se à governança corporativa a maneira pela qual as partes relacionadas interagem no intuito de influenciar os resultados de políticas públicas de forma favorável a toda sociedade, cujos princípios de atuação da governança são implementados e avaliados regularmente pelas partes interessadas (BOVAIRD; LOFFER, 2003). Desta forma, a governança corporativa cria um espaço para que diferentes organizações, privadas e públicas, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, adotem condutas favoráveis aos seus princípios (FONTES FILHO, 2003; MELLO, 2006).

Entre os princípios que poderiam nortear a governança corporativa em instituições públicas incluem-se: o *disclosure* ou transparência informacional acerca dos atos praticados pela administração pública; a equidade como sendo o tratamento vinculado à sociedade que recebe o resultado da administração pública (*stakeholders*); a prestação de contas (*accountability*) fundamentada nas melhores práticas contábeis e de auditoria e cumprimento das legislações (GONZALEZ, 2004; BENEDICTO; RODRIGUES; ABBUD, 2013). Para Dantas, Zendersky e Niyama (2005), é possível inferir que o *disclosure* é, na realidade, um elemento essencial do processo de governança corporativa, o qual apresenta transparência aos atos de gestão, possibilita aos acionistas minoritários e credores se prevenirem de eventuais ações danosas aos seus interesses e permite o acompanhamento dos indicadores de desempenho organizacional e de sustentabilidade da entidade.

## **2.2 Disclosure Voluntário**

Uma das dificuldades enfrentadas entre gestores, públicos ou privados, está relacionada à assimetria informacional que ocorre em momentos em que a informação não é transmitida em sua integralidade para os interessados. O *disclosure* pode ser uma ferramenta relevante para redução desta assimetria, pois divulga informações relevantes sob a forma de comunicados de imprensa, anúncios públicos ou relatórios financeiros. Assim, o *disclosure* atua como intermediador entre companhias e diferentes usuários interessados em avaliar o desempenho corporativo (BRAMMER; PAVELIN, 2008).

A divulgação das informações por parte das empresas pode ser realizada tanto de forma voluntária quanto de forma compulsória. A forma voluntária constitui uma ação proativa da entidade, a qual geralmente é advinda de incentivos recebidos pelos gestores para divulgá-las, já a divulgação compulsória, isto é, obrigatória, decorre de ação reativa, proveniente de regulamentação que obriga a empresa a divulgar determinada informação (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006). Para Dantas, Zendersky e Niyama (2005), existe uma similaridade entre a abrangência do tema *disclosure* com a definição de transparência. Assim, fica claro que evidenciação não significa apenas divulgar, mas divulgar com qualidade, oportunidade e clareza.

As informações a serem evidenciadas pelas organizações podem estar relacionadas ao meio ambiente (FERNANDES, 2013), ao mercado de capitais, à governança corporativa (LANZANA, 2004; MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006; TEIXEIRA, 2010), à utilização de instrumentos financeiros derivativos (MAPURUNGA *et al.*, 2011), aos ativos intangíveis

(MENESES; PONTE; MAPURUNGA, 2013), dentre outros. Embora a pluralidade informacional seja perceptível, Mapurunga *et al.* (2011) afirmam que há uma predominância de divulgação voluntária de informações relacionadas aos incentivos econômicos. Fica evidente o interesse de pesquisadores e órgãos públicos ligados ao governo em avaliar a divulgação das informações, por meio da criação de indicadores. Sobre isso, foi criado um índice de transparência pela Associação Contas Abertas em conjunto com Biderman e Puttomatti (2011) para avaliar o nível de transparência dos portais de informações públicas dos governos federal, estaduais e municipais brasileiros. É realizado um cálculo deste índice com base em três componentes: conteúdo; séries históricas e usabilidade.

No âmbito da administração pública, Avelino (2013) desenvolveu um índice de *disclosure* com base em pesquisas anteriores para verificar as características do nível de *disclosure* voluntário no âmbito da Administração Pública de municípios do Estado de Minas Gerais. As características analisadas foram: gênero do gestor municipal; filiação partidária; escolaridade do(a) gestor(a) municipal; PIB per capita; receita orçamentária; população; transferências de recursos da União para os Municípios; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); taxa de alfabetização; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM); Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos. Seus resultados indicaram níveis baixos de divulgação de informações voluntárias.

O estudo de Bairral (2013) analisou os níveis de transparência pública apresentados nos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais do Poder Executivo e os incentivos políticos, sociais, institucionais, financeiros e governamentais. Seus resultados indicaram baixo nível de transparência pública federal dos itens evidenciados, algumas deficiências de *compliance* com as práticas de evidenciação obrigatória e baixa aderência às práticas de evidenciação voluntária. Cruz (2010) verificou o nível de transparência das informações da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos dos grandes municípios brasileiros e as características dos indicadores socioeconômicos relacionados ao nível de transparência observado. Para tal, o estudo empregou variáveis como região, localização, filiação partidária do gestor municipal, participação do município na rede Mercociudades, acessibilidade do *site*, PIB per capita, receita orçamentária, IDH-M, taxa de alfabetização, índice FIRJAN, IRFS/CNM e Índice de Potencial de Consumo e Dinamismo municipal. Seus resultados apontaram baixos níveis de transparência, considerados incompatíveis com o seu desenvolvimento socioeconômico. O *disclosure* municipal também foi investigado por Souza *et al.* (2013) no Rio Grande do Norte (RN). Foram analisadas variáveis como Execução orçamentária, Classificação Orçamentária, Contratos, Séries Históricas, Possibilidade de *download* e Facilidade de navegação que são divididas em três parâmetros. Em síntese, existem evidências que levam a um consenso entre os diferentes pesquisadores que o nível de transparência, na prática, ainda é pífio.

### 3 Materiais e Métodos

Este estudo, classificado como misto quanto à abordagem e descritivo quanto aos seus objetivos, buscou construir e mensurar um índice de *disclosure* voluntário para os portais de municípios do Estado do Paraná. Considerando que a população são os municípios paranaenses, este estudo se caracteriza como um censo ao pesquisar todos os 399 municípios paranaenses presentes na relação de municípios do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujos dados foram coletados no ano de 2014. Todo o procedimento seguiu um rigoroso roteiro metodológico, trabalhado em duas etapas.

A primeira etapa, com abordagem qualitativa, consistiu na identificação dos modelos de indexação do *disclosure* público já existentes na literatura. Assim, verificaram-se os

desdobramentos dos índices propostos por Cruz (2010), Biderman e Puttomatti (2011), Avelino (2013), Souza et al. (2013), Bairral (2013), Transparência, Integridade e Associação Cívica (TIAC), Cockrell (2012), Rodriguez-Dominguez, Sanchez e Alvarez (2011), Gallego-Alvarez, Rodriguez-Dominguez e Garcia-Sanchez (2010), Perez, Bolivar e Hernandez (2008), Cárcaba e Garcia (2008), Gandía e Archidona (2008), Tolbert, Mossberger e Mcneal (2008), Styles e Tennyson (2007), Moon e Norris (2005), Laswad *et al.* (2005), Christiaens (1999), Evans e Patton (1987), Ingram e de Jong (1987), Robbins e Austin (1986), Ingram (1984), Baber e Sen (1984), Dye e Robey (1980), Zimmerman (1977). Agruparam-se as variáveis relacionadas ao *disclosure* municipal apresentadas nos trabalhos anteriores sobre esta temática.

Para identificar informações que não constavam na literatura abordada e criar uma escala adaptada aos municípios do Estado do Paraná, realizou-se a análise de conteúdo nos sites oficiais dos municípios investigados, a fim de verificar itens que não haviam sido elencados anteriormente, mas que apresentavam relevância em termos de conteúdo das informações disponibilizadas, assim sendo foram incluídos ou adaptados 45 itens. Com a intenção de verificar a existência de possíveis sobreposições e repetições entre os itens, redução da subjetividade e minimização dos erros de classificação foi realizado o pré-teste em 58 cidades, considerando a utilização de cálculo amostral, com 10% de erro amostral e 90% de grau de confiança. Realizou-se a validade de face (*face validity*) a partir da consulta de especialistas da área. Neste processo buscou-se o aprimoramento do índice, com consequente revisão do material ora coletado. A construção do índice seguiu as recomendações de Coy e Dixon (2004), ao considerarem que ele é composto de números que sintetizam características que podem ser mensuradas, seja individualmente ou em conjunto. Assim, como forma de o índice representar a real situação de *disclosure*, construiu-se o índice de tal forma que este refletisse os diferentes níveis de qualidade da informação, a ser utilizado, por exemplo, com uma escala ordinal.

Na segunda etapa, de cunho quantitativo, após a criação do índice de *disclosure*, coletaram-se os dados que compõe o Índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M) nos portais eletrônicos dos municípios do Estado do Paraná. Outros portais governamentais como, por exemplo, o Portal da Transparência, portais das secretarias municipais ou da Câmara de Vereadores, foram consultados nos casos em que o portal principal do município apresentou o direcionamento (*link*) para tais. Nesta fase, realizou-se consulta individual nas páginas eletrônicas de cada município, para verificar a presença ou ausência de variável relativa à construção do Índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M). Esta fase se configurou como a mais extensa do trabalho, uma vez que envolveu a coleta das informações dos 399 municípios entre os meses de julho a novembro de 2014. O tempo médio de busca das informações nos portais municipais durou de 2 a 4 horas de consulta, totalizando 1.200 horas dispensadas à coleta das informações. O IDP-M foi elaborado considerando a ausência ou existência da informação, assim foi atribuída a resposta binária, com pontuação 0 (zero) para “Ausente” e 1 (um) para informação “Presente”. Ressalta-se que na elaboração do índice não foi considerada a relevância ou certa hierarquia das informações apresentadas.

Para avaliar a consistência interna dos construtos de forma geral, estimou-se o coeficiente de Alfa de Cronbach. Com o propósito de avaliar a escala adaptado do IDP-M, realizaram-se pré-testes em 58 cidades, considerando a utilização de cálculo amostral, com 10% de erro amostral e 90% de grau de confiança. O pré-teste teve a finalidade de localizar possíveis sobreposições e repetições entre os itens, redução da subjetividade, minimização dos erros de classificação, adaptações necessárias nos itens que compõe o IDP-M.

#### **4 Análise dos Dados e Resultados**

A construção do índice seguiu as recomendações de Coy e Dixon (2004), ao considerarem que a composição de um índice envolve números que sintetizam características com possibilidade de serem mensuradas, seja de forma individual ou conjunta. Assim, como

forma de o índice representar a real situação de *disclosure*, construiu-se o índice de tal forma que este refletisse os diferentes níveis de qualidade da informação, a ser utilizado, por exemplo com uma escala ordinal. Na primeira etapa, identificaram-se os modelos de indexação do *disclosure* público existentes na literatura. Após consultadas as obras seminais e os índices de *disclosure* propostos, agruparam-se as variáveis apresentadas nos trabalhos anteriores e, por meio de consulta e análise de conteúdo aos sites dos municípios paranaenses, foram incluídos os itens que não elencados nas obras consultadas. Ressalta-se que, para sua construção, não foi atribuído o grau de relevância ou hierarquia entre as informações apresentadas. Assim, a pontuação máxima possível foi obtida pelo somatório de pontos que apresentaram valor “Presente” ou “1” em cada item avaliativo. Em relação ao índice de cada município, este foi obtido por meio do somatório do total de pontos registrados. A Tabela 1 apresenta os construtos que mensuram o IDP-M, considerando a pontuação mínima e máxima possível.

Tabela 1 - Categorias de Informações Consideradas no IDP-M

Nº	Categorias de Informações	Valor mínimo	Valor máximo
1	Informações gerais sobre o município, gestor e vereadores	0	10
2	Relação com os cidadãos e sociedade e participação da sociedade na gestão pública	0	14
3	Análise do portal do município	0	8
4	Contratação de serviços	0	4
5	Urbanismo e obras públicas	0	6
6	Assistência Social	0	4
7	Meio ambiente	0	7
8	Educação	0	5
9	Cultura, Esporte e Lazer	0	5
10	Segurança Pública	0	2
11	Administração	0	10
12	Saúde	0	6
13	Saneamento	0	3
14	Transporte Urbano	0	6
15	Legislação e Instrumentos de Planejamento Municipal	0	9
16	Notícias atualizadas	0	14
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>113</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Podem ser visualizados, na Tabela 1, os 16 construtos avaliados por um total de 113 indicadores. Cada construto avalia a ausência ou a presença de informações relativas à: informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores, relação com os cidadãos e sociedade e participação da sociedade na gestão pública, análise do portal do município, contratação de serviços, urbanismo e obras públicas, assistência social, meio ambiente, educação, cultura, esporte e lazer, segurança pública, administração, saúde, saneamento, transporte urbano, legislação municipal e instrumentos de planejamento municipal e notícias atualizadas. Considerando que as informações que compõe o IDP-M apresentam subsídios na literatura, assim como, a inclusão de itens realizadas pela análise de conteúdo dos portais eletrônicos dos municípios, apresenta-se o Quadro 2, com o detalhamento dos indicadores que compõem cada construto em análise, assim como, sua origem.

Quadro 2 - Construção do Índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M)

nº	Indicadores	Origem
<b>Construto 1: Informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores</b>		
1	O portal do município apresenta link para o Portal da Câmara de vereadores ou apresenta dados referentes a câmara de vereadores ou vereadores.	Incluído pelos pesquisadores
2	Detalhamento dos órgãos municipais, suas funções e seus responsáveis ou responsáveis pelas secretarias municipais.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011)/ Cruz (2010)
3	Divulgação de informações básicas sobre autarquias e/ou empresas municipais.	Cruz (2010), IFAC (2001); Welch e Wong (2001); ITA (2009); Herawat y e Hoque (2007)

4	Divulgação de e-mail ou formulário de contato do prefeito e vice ou e-mail.	Avelino (2013), ITM (2009); ITA (2010) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)
5	Divulgação de e-mail ou formulário de contato de secretários.	Avelino (2013), ITM (2009); ITA (2010) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)
6	Divulgação de endereço eletrônico (e-mail ou site) de órgãos municipais.	Avelino (2013), ITA (2010) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)
7	Divulgação de informações sobre o perfil socioeconômico da população.	Avelino (2013), Avelino et al. (2011)
8	Divulgação de informações sobre a filiação político-partidária dos eleitos para o poder.	Cruz (2010), ITA (2009); Pérez, Bolívar e Hernández (2008)
9	Divulgação dos dados biográficos (perfil) e profissionais do prefeito e secretários.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)
10	O município possui Agenda 21 local ou plano estratégico municipal e disponibiliza informações a ela concernentes.	Cruz (2010), Welch e Wong (2001); ITA (2009)
<b>Construto 2: Relação com os cidadãos e sociedade e participação da sociedade na gestão pública</b>		
11	Publicação dos horários de funcionamento do Município (expediente), dos seus serviços e equipamentos e respetivos custos de utilização.	TIAC (2010)
12	O portal eletrônico do município possui ferramenta de impressão de documentos e formulários municipais.	Cruz (2010), Welch e Wong (2001)
13	Divulgação de informações sobre concursos públicos.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010) – Adaptado pelo Pesquisador
14	Divulgação de informações sobre oportunidades de emprego (agência do trabalhador).	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010) – Adaptado pelo Pesquisador
15	Divulgação de dados (número ou porcentagem) de solicitações de cidadãos atendidas pelos órgãos municipais.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)
16	O portal eletrônico do Município permite dar entrada e/ou fazer acompanhamento de processos / protocolos junto aos órgãos municipais.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)
17	Divulgação de calendário das audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão do PPA, LDO e LOA.	Avelino (2013), ITM (2009); ITA (2010) / Santana Júnior (2008); Cruz (2010); Avelino et al. (2011) – Adaptado pelo Pesquisador
18	Divulgação de calendário das audiências públicas quadrimestrais para avaliação das metas fiscais ou apresentações dos relatórios/resultados das audiências públicas quadrimestrais para avaliação das metas fiscais.	Avelino (2013), ITM (2009); ITA (2010) / Santana Júnior (2008); Cruz (2010); Avelino et al. (2011) – Adaptado pelo Pesquisador
19	Divulgação de informações sobre audiências públicas diversas, exceto de metas fiscais, incluindo as apresentações dos relatórios/resultados das audiências já realizadas.	Avelino (2013), ITM (2009); ITA (2010) / Santana Júnior (2008); Cruz (2010); Avelino et al. (2011) – Adaptado pelo Pesquisador
20	Divulgação da versão <i>online</i> do Diário Oficial do Município.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)
21	Divulgação de informações sobre apoios, convênios, subvenções, doações concedidas a ONGs (associações, instituições culturais, sociais).	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)
22	O município possui e divulga no portal eletrônico um código ou regulamento de participação popular na gestão municipal ou divulgação das formas de participação dos cidadãos na elaboração do orçamento municipal ou o Município possui mecanismos de orçamento participativo e disponibiliza as informações necessárias para a participação dos cidadãos.	Avelino (2013), Cruz (2010), Lei nº 101/2000, art. 48, par. Único; Justice, Melitski e Smith (2006) e incluído pelos pesquisadores.
23	Divulgação de informações sobre a composição, funcionamento e/ou atuação dos conselhos municipais.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)
24	Há espaço para sugestões dos cidadãos em áreas estratégicas do município, tais como educação, saúde e urbanismo.	Cruz (2010), Welch e Wong (2001); Justice, Melitski e Smith (2006); ITA (2009)
<b>Construto 3: Análise do portal do município</b>		
25	Possui o portal no padrão <a href="http://municipio.pr.gov.br">municipio.pr.gov.br</a> .	Incluído pelos pesquisadores
26	O portal eletrônico do município possui a ferramenta de “Mapa do site” para facilitar a busca de informações por parte do cidadão.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Santana Júnior (2008); Cruz (2010)
27	O portal eletrônico do município possui ferramenta de busca do conteúdo do portal por meio de palavras-chaves.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)
28	O portal eletrônico do Município disponibiliza endereço eletrônico ou formulário de contato para registro de reclamações, comentários e sugestões; ou o portal eletrônico do município oferece serviço de Ouvidoria online ou fale-conosco.	Avelino (2013), ITM (2009); ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Santana Júnior (2008); Cruz (2010) e Adaptado pelos Pesquisadores
29	Após o envio de e-mail ou preenchimento de formulário de contato, é remetida ao cidadão uma resposta automática, informando quanto o tempo, aproximadamente, levará até que a solicitação efetuada seja respondida; ou geração de número de protocolo quando da solicitação.	Avelino (2013), Welch e Wong (2001) – Adaptado pelos pesquisadores
30	O conteúdo do portal eletrônico é atualizado (frequência mínima semanal) – inclusas notícias.	Cruz (2010)
31	O portal eletrônico do município oferece informações em outros idiomas.	Avelino (2013), Welch e Wong (2001); Cruz (2010)
32	O portal eletrônico do município fornece acessibilidade a deficientes visuais.	Avelino (2013), Welch e Wong (2001)
<b>Construto 4: Contratação de serviços</b>		
33	Divulgação de informações sobre os processos licitatórios, evidenciando tanto as entidades ganhadoras, quanto aquelas não selecionadas, bem como os motivos considerados para a eliminação destas últimas.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011)

34	Divulgação dos contratos vigentes ou divulgação de uma lista ou da quantidade das operações com os principais fornecedores e/ou prestadores de serviços do município.	Avelino (2013), ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010) – Adaptado pelo Pesquisador
35	Divulgação das empresas impedidas de contratar com o município.	Incluído pelos pesquisadores
36	Divulgação de ata de registro de preços.	Incluído pelos pesquisadores
<b>Construto 5: Urbanismo e obras públicas</b>		
37	Lei municipal de Urbanismo e/ou Lei de uso e ocupação do solo ou Código de Obras/Edificações do município ou divulgação de informações sobre o uso e ocupação do solo.	Avelino (2013), ITA (2010) / Cruz (2010) – Adaptado pelos Pesquisadores
38	Divulgação das licitações abertas nas diversas modalidades (dispensa, tomada de preço, convite, concorrência, pregão).	Lei nº 8.666/1993
39	Divulgação das licitações concluídas nas diversas modalidades (dispensa, concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão).	Lei nº 8.666/1993
40	Informações sobre despesas (obras ou aquisições) realizadas com recursos próprios do Município (investimentos).	Cruz (2010), IFAC (2001); OECD (2002); Herawaty e Hoque (2007); ITA (2009) – Adaptado pelos Pesquisadores
41	Informações sobre as obras realizadas com recursos transferidos de outras esferas e, se aplicável, a contrapartida do Município (investimentos).	Cruz (2010), IFAC (2001); OECD (2002); Herawaty e Hoque (2007); ITA (2009) – Adaptado pelos Pesquisadores
42	Divulgação de informações sobre os projetos, modificações, critérios das licitações das obras públicas mais importantes e as empresas que realizaram.	Avelino (2013), ITA (2010) – Adaptado pelos Pesquisadores
<b>Construto 6: Assistência Social</b>		
43	Divulgação de informações sobre acolhimento / inclusão institucional (albergue).	Avelino (2013)
44	Divulgação de informações sobre proteção e auxílio a portadores de necessidades especiais / deficientes.	Avelino (2013)
45	Divulgação de informações sobre políticas assistenciais, sociais e programas.	Avelino (2013) – Adaptado pelos pesquisadores
46	Políticas assistenciais relacionadas a habitação.	Cruz (2010), IFAC (2001); OECD (2002); ITA (2009)
<b>Construto 7: Meio ambiente</b>		
47	Divulgação de informações sobre impactos ambientais: reciclagem / coleta seletiva.	Avelino (2013), Lima (2007); Avelino et al. (2011) – Adaptado pelos pesquisadores
48	Divulgação de informações sobre impactos Ambientais: descontaminação e recuperação de terras e águas.	Avelino (2013), Lima (2007); Avelino et al. (2011)
49	Divulgação de informações sobre impactos Ambientais: preservação / conservação de recursos naturais.	Avelino (2013), Lima (2007); Avelino et al. (2011) – Adaptado pelos pesquisadores
50	Divulgação de informações sobre impactos ambientais: reflorestamento.	Avelino (2013), Lima (2007); Avelino et al. (2011)
51	Divulgação das despesas e investimentos relacionados à gestão ambiental.	Avelino (2013), Lima (2007); Avelino et al. (2011)
52	Divulgação de informações sobre as iniciativas realizadas em termos de educação ambiental.	Avelino (2013), Lima (2007); Avelino et al. (2011)
53	Divulgação de informações sobre incentivo e apoio a pesquisas ambientais.	Avelino (2013), Lima (2007); Avelino et al. (2011)
<b>Construto 8: Educação</b>		
54	Número ou relação dos estabelecimentos de ensino (escolas);	Avelino (2013), OECD (2010) / Cruz (2010)
55	Número de alunos matriculados ou taxa de escolarização ou Taxa de alfabetização ou de analfabetismo.	Avelino (2013), OECD (2010) / Cruz (2010) – Adaptado pelos pesquisadores
56	Gasto médio por aluno ou gastos totais em educação.	Avelino (2013), OECD (2010) / Cruz (2010)
57	Número ou relação de professores.	Avelino (2013), OECD (2010) / Cruz (2010)
58	Políticas de combate ao analfabetismo de iniciativa do município.	Cruz (2010)
<b>Construto 9: Cultura, Esporte e Lazer</b>		
59	Informações sobre a gestão do patrimônio histórico, cultural e turístico do município (turismo).	Cruz (2010), OECD (2002); ITA (2009)
60	Número ou relação de estabelecimentos culturais no município (teatro, cinema, parques).	Avelino (2013), OECD (2002); Cruz (2010)
61	Divulgação de informações sobre programas de incentivo à cultura.	Avelino (2013), Lima (2007); Cruz (2010); Avelino et al. (2011)
62	Divulgação da programação e outras informações (horário e preços) dos estabelecimentos culturais e/ou desportivos abertos ao público.	Cruz (2010), ITA (2009)
63	Políticas municipais de incentivo ao esporte e ao lazer.	Cruz (2010), IFAC (2001); OECD (2002); ITA (2009)
<b>Construto 10: Segurança Pública</b>		
64	Informações sobre Policiamento (número de policiais efetivos no município ou número ou relação de delegacias instaladas no município ou informações e resultados sobre a atuação da guarda municipal).	Avelino (2013), OECD (2002) / Cruz (2010) – Adaptado pelos Pesquisadores
65	Iniciativas na área de segurança pública e combate à violência promovidas pelo município.	Cruz (2010), IFAC (2001); OECD (2002); ITA (2009)
<b>Construto 11: Administração</b>		
66	Informações sobre treinamento/qualificação/aperfeiçoamento/capacitação de funcionários.	Avelino (2013), Lima (2007); Lima (2009); Avelino et al. (2011)
67	Quantidade de cargos comissionados.	Incluído pelos pesquisadores

68	Número ou relação de servidores.	Avelino (2013), ITM (2009) / Cruz (2010)			
69	Salário (remuneração) média dos servidores.	Avelino (2013), ITM (2009) / Cruz (2010)			
70	Divulgação de informações sobre a remuneração (salário) do prefeito, secretário e/ou dos vereadores.	Cruz (2010), ITA (2009)			
71	Planos de carreira (cargos e salários) dos servidores públicos municipais (lei).	Avelino (2013), OECD (2002) / Cruz (2010)			
72	Estatuto dos servidores públicos municipais (lei).	Cruz (2010), OECD (2002); ITA (2009)			
73	Informações sobre o limite prudencial estipulado pela LRF (Anexo I, LRF – Demonstrativo de despesa com Pessoal).	Incluído pelos pesquisadores			
74	Publicação de informação sobre a política/sistema de gestão da qualidade dos serviços municipais.	TIAC (2010)			
75	Publicação sobre o patrimônio do município: lista dos bens próprios, móveis ou imóveis, administrados pela Autarquia local, dados em concessão ou cedidos para exploração.	TIAC (2010)			
<b>Construto 12: Saúde</b>					
76	Número ou relação de hospitais ou unidades de saúde do município ou postos ou centros de saúde do município.	Avelino (2013), OECD (2011) / Cruz (2010) – Adaptado pelos Pesquisadores			
77	Gasto per capita na área de saúde ou gastos totais.	Avelino (2013), OECD (2011) / Cruz (2010)			
78	Número de médicos.	Avelino (2013), OECD (2011) / Cruz (2010)			
79	Número de leitos.	Cruz (2010), OECD (2002); ITA (2009)			
80	Especialidades existentes no município.	Incluído pelos pesquisadores			
81	Índice de mortalidade infantil.	Incluído pelos pesquisadores			
<b>Construto 13: Saneamento</b>					
82	Número de domicílios ou percentual populacional com acesso a serviço de saneamento básico.	Avelino (2013), OECD (2002) / Cruz (2010)			
83	Iniciativas na área de saneamento básico promovidas pelo município.	Cruz (2010), OECD (2002); ITA 2009			
84	Informações sobre a qualidade da água.	Incluído pelos pesquisadores			
<b>Construto 14: Transporte Urbano</b>					
85	Divulgação de informações sobre as infrações processadas.	Avelino (2013)			
86	Divulgação de informações sobre a frota do sistema de transporte alternativo e transporte coletivo.	Avelino (2013)			
87	Divulgação de informações sobre as linhas e roteiros do transporte municipal (ônibus).	Avelino (2013), Cruz (2010), OECD (2002); ITA (2009)			
88	Informações sobre a estrutura de transporte e trânsito existente no município.	Cruz (2010), OECD (2002); ITA (2009)			
89	Frota de veículos educação ou informações sobre o transporte escolar.	Incluído pelos pesquisadores			
90	Iniciativas para melhoria na área de transporte e trânsito promovidas pelo município e investimentos realizados (obras trânsito / estradas / viário).	Cruz (2010), IFAC (2001); OECD (2002); ITA (2009) – Adaptado pelos Pesquisadores			
<b>Construto 15: Legislação Municipal e Instrumentos de Planejamento Municipal</b>					
91	Divulgação da legislação ordinária do município.	Cruz (2010), IFAC (2001); Welch e Wong (2001); ITA (2009)			
92	Lei Orgânica Municipal.	Cruz (2010), Art. 29, CF/1988			
93	Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal.	Cruz (2010), Lei nº 10.257/2001, art. 40			
94	Plano Plurianual (PPA) em vigência OU Programa do PPA.	Cruz (2010), Lei nº 101/2000, art. 48; Justice, Melitski e Smith (2006)			
95	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigência.	Cruz (2010), Lei nº 101/2000, art. 48			
96	Lei Orçamentária Anual (LOA) em vigência.	Cruz (2010), Lei nº 101/2000, art. 48; Justice, Melitski e Smith (2006)			
97	O município possui link para o Portal da Transparência.	Incluído pelos pesquisadores			
98	O município possui link para o Portal da Transparência – Recursos do Governo Federal ou Notificação de recebimento de recursos do Governo Federal ou Estadual ou Transferências voluntárias recebidas no período.	Incluído pelos pesquisadores			
99	O município possui link para o Portal da Lei de Acesso a Informação.	Incluído pelos pesquisadores			
<b>Construto 16: Notícias atualizadas na página inicial</b>					
100	*Sobre saúde.	105	*Sobre cultura.	110	*Agência de notícias.
101	*Sobre educação.	106	*Sobre trabalho, emprego e renda.	111	*Sobre eventos no município.
102	*Sobre agricultura.	107	*Sobre turismo.	112	*Sobre feriados e ponto facultativo.
103	*Sobre assistência social.	108	*Sobre esporte.	113	**Apresenta campo de notícias vinculadas a cada secretaria
104	*Sobre meio ambiente.	109	*Sobre governo ou administ. pública.		

\*Incluído pelos pesquisadores \*\*Incluído pelos pesquisadores e TIAC (2010).

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base na literatura.

Para avaliar a consistência interna dos construtos de forma geral, estimou-se o coeficiente de Alfa de Cronbach (0,862), indicando que as medidas representam o construto quando seu valor for acima do limite aceitável (Alfa >0,70) (HAIR JR. et al., 2005). Com o

propósito de avaliar a escala adaptado do IDP-M, realizaram-se pré-testes em 58 cidades, considerando a utilização de cálculo amostral, com 10% de erro amostral e 90% de grau de confiança.

O processo de apuração do IDP-M consiste em averiguar a presença dos itens verificáveis do IDP-M por intermédio de consulta aos conteúdos disponibilizados nos portais eletrônicos dos municípios; pontuar os itens em 1 quando presente e 0 quando ausente; apurar o índice de *disclosure* conforme a pontuação obtida na totalidade de variáveis do índice; e calcular o IDP-M. O índice apresenta 113 pontos de avaliação. Ao propor a criação de um Índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M) para os municípios do Estado do Paraná, objetiva-se também mensurar o nível de evidenciação e *disclosure* público de cada município. Assim, sua estimação é realizada considerando os itens efetivamente divulgados nos portais dos municípios, sobre o total dos itens constantes no índice. A partir dos valores apurados, estes foram convertidos em dados percentuais para comparação entre municípios. A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas referente ao IDP-M geral obtido nos 399 municípios.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas do Índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M)

Variáveis	Valor Mínimo	Valor Máximo	Valor Médio	Desvio Padrão
IDP-M	0,000	0,788	0,235	0,138
População (Censo)	1.409	1.751.907	26.176,76	98.378,50

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

De acordo com a Tabela 2 é possível observar que o valor médio do IDP-M nos municípios paranaenses é de 0,235, variando de 0 para seu valor mínimo e 0,78 para seu valor máximo. Uma grande amplitude, em termos populacionais, entre a menor e a maior cidade. A primeira, Jardim Olinda, a menor cidade em termos populacionais do Paraná, localizada na região norte e a segunda, Curitiba, capital do Estado. A média populacional foi de 26.177 habitantes, apresentando assim, 333 municípios (83,5%) abaixo da média populacional do Estado. De um modo geral, apenas 16,5% dos municípios concentram mais de 50% dos habitantes do Estado. Foram extraídas as estatísticas descritivas para cada um dos construtos analisados, seus resultados podem ser visualizados na Tabela 3.

Tabela 3 - Estatísticas dos construtos que compõe o Índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M)

Nº	Categorias de Informações	Valor Mínimo	Valor Máximo	Valor Máximo Observado	Valor Médio	Desvio Padrão
1	Informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores	0	10	8	2,764	1,94
2	Relação com os cidadãos e sociedade e participação da sociedade na gestão pública	0	14	12	2,832	3,17
3	Análise do portal do município	0	8	8	2,777	1,2
4	Contratação de serviços	0	4	3	0,742	0,89
5	Urbanismo e obras públicas	0	6	6	1,939	1,51
6	Assistência Social	0	4	4	0,777	1,07
7	Meio ambiente	0	7	7	0,842	1,41
8	Educação	0	5	5	0,922	1,02
9	Cultura, Esporte e Lazer	0	5	5	1,346	1,56
10	Segurança Pública	0	2	2	0,188	0,48
11	Administração	0	10	9	2,108	2,22
12	Saúde	0	6	5	0,852	0,96
13	Saneamento	0	3	3	0,506	0,97
14	Transporte urbano	0	6	4	0,546	0,8158
15	Legislação municipal e instrumentos de planejamento municipal	0	9	9	2,835	2,49
16	Notícias atualizadas	0	14	14	4,258	3,5
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>113</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Por meio da Tabela 3 é possível verificar que os construtos que apresentam o valor médio mais alto em relação ao total de municípios analisados são os construtos de número 16 (notícias atualizadas), 15 (legislação municipal e instrumentos de planejamento), 2 (relação com os cidadãos e sociedade e participação da sociedade na gestão pública) e 1 (Informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores). Em relação ao construto 16, o município que apresentou pontuação máxima em relação às notícias atualizadas foi Moreira Sales. Outros municípios apresentaram um total de 13 pontos, sendo eles Cambé, Curitiba, Pinhais e Piraquara. Este construto avaliou o *disclosure* em relação às notícias em diferentes áreas em que os municípios possuem responsabilidades.

O segundo construto que apresentou maior média de *disclosure* das informações foi o 15, relacionado à “Legislação Municipal e Instrumentos de Planejamento Municipal”. Este construto avalia itens relativos às leis orçamentárias, documentos direcionadores do município, transparência e acesso à informação. Apesar de 9 municípios atingirem pontuação máxima, 82 deles deixaram de divulgar qualquer tipo de informação. Assim, este grupo figurou entre os de maior desvio padrão (2,4978), ficando abaixo apenas do último grupo analisado. Apesar de este construto envolver itens obrigatórios (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), menos de 47% dos municípios (187) apresentaram *link* para o Portal da Transparência indicando estas informações. Ademais, o número de municípios se torna ainda menor em relação ao “Portal da Informação”, mecanismo que possibilita, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. Neste caso, reduz-se para menos de 22%, totalizando 86 municípios.

O terceiro construto que apresentou maior média foi o construto 2, que avaliou a “relação com o cidadão e comunidade e participação da sociedade na gestão pública”. Neste grupo, a pontuação máxima observada foi 12, sendo caracterizada por 1 (um) município. Neste construto, 360 municípios (90%) atingiram até 50% do nível de *disclosure* e 36 municípios (09%) não evidenciaram suas informações. Destaca-se que apenas 75 municípios (18%) apresentam em seus portais o horário de expediente de seus órgãos/departamentos. Quando relacionado a informações sobre concursos públicos, este número se eleva para 257 municípios (64,4%), porém, quando relacionado à divulgação sobre vagas de emprego, este número reduz para apenas 68 municípios. Este construto avaliou as diversas formas de interação entre o poder público e a sociedade, tal qual o horário de expediente, impressão de documentos e formulários, informações sobre concursos públicos e oportunidades de emprego, acompanhamento de processos e protocolos, além de informações sobre audiências além de itens relacionados à participação popular na gestão municipal, conselhos municipais e espaço para sugestões dos cidadãos em áreas estratégicas do município, tais como educação, saúde e urbanismo.

O quarto construto com maior média de *disclosure* nas informações foi o construto 1. Foram avaliadas “informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores”. Em relação a pontuação máxima, quatro municípios oito pontos, representando 1% do total de municípios. A maior parte dos municípios (359 ou 90%) evidenciaram menos de 50% das informações. Em relação aos pontos, 133 municípios (33,3%) apresentam informações a respeito da câmara municipal ou seus vereadores, 118 municípios (29,6%) divulgaram informações sobre a filiação político-partidária do prefeito e, apenas 98 municípios (24,6%) apresentam alguma informação sobre o perfil profissional e biográfico do prefeito, sendo que nenhum município apresentou pontuação máxima neste quesito.

O construto que apresentou o menor nível de *disclosure* foi o quarto, Segurança Pública. Sobre isso, 26 municípios apresentaram informações sobre policiamento, Guardas Municipais, delegacias ou efetivo policial. Em contrapartida, 85% dos municípios não publicaram informações acerca da segurança pública em seus portais. Ressalta-se que, conforme preceitua o Artigo 144 da Constituição Federal do Brasil, a instituição e manutenção das forças policiais

fica a cargo da União, dos Estados e Distrito Federal, facultado aos municípios constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. Ressalta-se que a média geral do índice IDP-M foi de 23,49%. O município que apresentou maior grau de evidenciação de suas informações foi Curitiba, com 89 pontos, representando 78,76% do índice. O município de Flórida não apresentou pontuação atribuída por não possuir *site* e o município de Inajá apresentou o *site* no padrão “município.pr.gov.br”, porém, sem nenhuma informação divulgada.

De forma geral, verifica-se um baixo nível de evidenciação, por meio do modelo de investigação utilizado. Da totalidade de municípios, apenas 21 municípios, ou 5% do total, divulgaram 50% ou mais no índice proposto. Isso significa que 378 municípios deixaram de evidenciar menos da metade das informações requisitadas. Tal item demonstra uma baixa evidenciação pela grande parte dos municípios analisados. Este resultado corrobora com o estudo de Avelino (2013) e Cruz (2010) que encontraram resultados similares. A média observada do IDP-M foi de 23,49% do total do índice é consistente com o resultado encontrado por Avelino (2013) com um índice de 16,93% para os municípios de Minas Gerais.

## 5 Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo construir e mensurar um índice de *disclosure* voluntário para os portais de municípios do Estado do Paraná. Para tanto, adaptou-se uma escala com base em diferentes obras que avaliaram o índice em outros contextos. Por meio da análise de conteúdo dos portais eletrônicos dos municípios paranaenses, foram incluídos e adaptados 45 itens que avaliavam o *disclosure* voluntário.

A escala adaptada foi composta por 16 construtos que avaliavam a ausência ou a presença de informações relativas à: informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores, relação com os cidadãos e sociedade e participação da sociedade na gestão pública, análise do portal do município, contratação de serviços, urbanismo e obras públicas, assistência social, meio ambiente, educação, cultura, esporte e lazer, segurança pública, administração, saúde, saneamento, transporte urbano, legislação municipal e instrumentos de planejamento municipal e notícias atualizadas. Os construtos foram avaliados por um total de 113 indicadores. Ao propor a criação de um Índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M) para os municípios do Estado do Paraná, mensurou-se também o nível de evidenciação e *disclosure* público de cada município. Assim, a estimação foi realizada considerando os itens efetivamente divulgados nos portais dos municípios, sobre o total dos itens constantes no índice, os quais foram também convertidos em dados percentuais para comparação entre municípios.

Ao mensurar o IDP-M dos municípios verificou-se que os construtos que apresentam o valor médio mais alto em relação ao total de municípios analisados se referem as notícias atualizadas, a legislação municipal e instrumentos de planejamento, a relação com os cidadãos e sociedade e participação da sociedade na gestão pública e as informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores. O construto que apresentou o menor nível de *disclosure* entre o total de construtos analisados foi o relacionado à segurança pública. Os resultados indicam que 5% (21) do total de municípios divulgaram 50% ou mais das informações elencadas no índice proposto. Isso significa que 378 municípios deixaram de evidenciar menos da metade das informações requisitadas. Tal item demonstra uma baixa evidenciação pela grande parte dos municípios analisados, ao considerar que o IDP-M foi de 23,49%. Este resultado foi maior do que o encontrado por Avelino (2013) de 16,93% para os municípios de Minas Gerais.

Em linhas gerais, este estudo oferece três principais contribuições no âmbito prático e teórico. A primeira é a identificação na literatura sobre governança corporativa e *disclosure* voluntário de variáveis que podem estar associadas a uma gestão pública transparente, com método de pontuação dicotômica. A segunda é a verificação de variáveis presentes nos sites

dos municípios paranaenses que contribuem para sua evidenciação. E, por fim, a terceira contribuição se refere a construção de um indicador de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M) que permita a avaliação do nível de evidenciação e *disclosure* das informações disponibilizados nos portais eletrônicos do Estado do Paraná, a respeito da gestão pública, com a utilização do índice proposto. Neste contexto, esta pesquisa não esgota ou finda o assunto, isto é, está longe de fazer serenar discussões, pelo contrário, descortina possibilidades de novos estudos na área, designando, em caráter sugestivo, a verificação do índice de *disclosure* nas demais regiões do Brasil, com o propósito de estabelecer um comparativo entre as regiões que apresentem maior ou menor grau de *disclosure* voluntário.

### Referências

- ANDRADE, G. A. Estudo econométrico dos efeitos da migração para o IGC (índice de ações com governança corporativa diferenciada) da Bovespa. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 3, n. 1, p. 39-53, jan./jun. 2008.
- AVELINO, B. C. **Características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais**: uma abordagem sob a ótica da Teoria da Divulgação. Belo Horizonte, 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- BABER, W. R. Towards understanding the role of auditing in the public sector. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 213-27, 1983.
- BABER, W. R.; SEN, P. K. The role of generally accepted reporting methods in the public sector: an empirical test. **Journal of Accounting & Public Policy**, v. 3, n. 2, p. 91-106, 1984.
- BAIRRAL, M. A. da C. **Transparência no setor público**: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- BENEDICTO, S. C. de; RODRIGUES, A. C.; ABBUD, E. L. Governança Corporativa: uma análise da sua aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, n. 2, p. 286-300, 2013.
- BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Macmillan: 1932.
- BIDERMAN, C.; PUTTOMATTI, G. **Metodologia do índice de transparência**. Disponível em: <[http://www.indicedetransparencia.org.br/?page\\_id=7](http://www.indicedetransparencia.org.br/?page_id=7)>. Acesso em: 19 jul. 2011.
- BOVAIRD, T.; LOFFLER. Public management and governance routledge ferlie. In: ASHBURNER, et al. (Eds.). **New Public Management in Action**. OUP, Oxford: 2003.
- BORGES, L. F. X.; SERRÃO, C. F. B. Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil. **Revista do BNDES**, v. 12, n. 24, p. 111-148, dez. 2005.
- BRAMMER, S.; PAVELIN, S. Factors influencing the quality of corporate environmental *disclosure*. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, p. 120-136, 2008.
- CARCABA, A.; GARCIA, J. Determinantes de la divulgación de información contable a través de Internet por parte de los gobiernos locales. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 137, p. 63-84, 2008.
- CHRISTIAENS, J. Financial accounting reform in Flemish municipalities: an empirical investigation. **Financial Accountability & Management**, v. 15, n. 1, p. 21-40, 1999.
- COCKRELL, S. R. Financial statement quality: a comparison of small and large cities. **Journal of Interdisciplinary Business Studies**, p. 1-15, 2012.
- COY, D.; DIXON, K. The public accountability index: crafting a parametric disclosure index for annual reports. **The British Accounting Review**, v. 36, n. 1, p. 79-106, 2004.

- CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. de. Reputação corporativa e nível de *disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil. **Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan/mar, 2010.
- DANTAS, J.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.
- DYE, T.; ROBEY, J. Versus economics: development of the literature on policy. In: DYE, T.; GRAY, V. (Eds). **The determinants of public policy**, D.C. Heath, Lexington, MA, p. 3-17, 1980.
- EVANS, J. H.; PATTON, J. M. Signalling and monitoring in public-sector accounting. **Journal of Accounting Research**, v. 25, p. 130-58, 1987.
- FERNANDES, S. M. A. Efeitos do disclosure ambiental negativo involuntário: um estudo de evento nas companhias brasileiras com alto índice de poluição. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 17, p. 59-72, 2013.
- FONTES FILHO, J. R. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 08, 2003. Panamá. **Anales...** Panamá, 2003.
- GALLEGO-ALVAREZ, L; RODRIGUEZ-DOMINGUEZ, I. M.; GARCIA-SANCHEZ. Are determining factors of municipal e-Government common to a worldwide municipal view? **An Intra-Country comparison Government Information Quarterly**, v. 27, p. 423-430, 2010.
- GANDIA, J. L.; ARCHIDONA, M. C. Determinants of web site information by Spanish city councils. **Online Information Review**, v. 32, n. 1, p. 35-57, 2008.
- GONZALEZ, R. **Governança e Comunicação na Responsabilidade Social Empresarial**. Relações com Investidores. IMF Editora. n. 73, março de 2004.
- INGRAM, R. W. Economic incentives and the choice of state government accounting practices. **Journal of Accounting Research**, v. 22, n. 1, p. 126-44, 1984.
- INGRAM, R.W.; JONG, D. V. The effect of regulation on local government disclosure practices. **Journal of Accounting & Public Policy**, v. 6, n. 4, p. 245-70, 1987.
- LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LASWAD, F.; FISHER, R.; OYELERE, P. Determinants of voluntary internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting & Public Policy**, v. 24 n. 2, p. 101-21, 2005.
- MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, edição comemorativa, p. 65-79, set. 2006.
- MAPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R.; COELHO, A. C. D.; MENESES, A. F. de. Determinantes do nível de *disclosure* de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 46-61, 2011.
- MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, 9. 109-134, jan./mar. 2010.
- MELLO, G. R. **Governança corporativa no setor público federal brasileiro**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: FEA/USP, 2006.
- MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Determinantes do nível de disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras. **Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 10, n. 2, p. 142-153, 2013.
- MOON, M. J.; NORRIS, D.F. Does managerial orientation matter? The adoption of reinventing government and e-government at the municipal level. **Information Systems Journal**, v. 15, n. 1, p. 43-60, 2005.

- OLIVEIRA, M. C.; RIBEIRO, M. de S.; SAMPAIO, M. S. A.; CARVALHO, F. A. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE DA USP. 04, 2004, São Paulo. **Anais...** Congresso USP, 2004.
- PEREZ, C. C.; BOLÍVAR, M. P. R.; HERNANDEZ, A. M. L. E-Government process and incentives for online public financial information. **Online Information Review**, v. 32, n. 3, p. 379-400, 2008.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)>. Acesso em: 06 ago. 2016.
- ROBBINS, W.; AUSTIN, K. Determinants of disclosure quality in municipal financial reports: some additional evidence. **Journal of Accounting Research**, v. 24, n. 2, p. 412-21, 1986.
- RODRIGUEZ-DOMINGUEZ, L.; SANCHEZ, I. M. G.; ALVAREZ, I. G. From emerging to connected e-Government: the effects of socioeconomics and internal administration characteristics. **The International Journal of Digital Accounting Research**, v. 11, n. 1, p. 85-109, 2011.
- SILVEIRA, A. di. M. da. **Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2004.
- SOUZA, F. J. V.; BARROS, C. C.; ARAUJO, F. R.; SILVA, M.C. Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, p. 94-113, 2013.
- STYLES A.; TENNYSON, M. The Accessibility of financial reporting of U.S. Municipalities on the Internet. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 19, n. 1, p. 56-92, 2007.
- TIAC - TRANSPARENCIA E INTEGRALIDADE ASSOCIAÇÃO CÍVICA. Disponível em: <<http://www.transparencia.pt/>>. Acesso em: 08 mai. 2014.
- TEIXEIRA, S. C. **A relação entre a adoção de práticas recomendadas de governança corporativa e o nível de evidenciação**. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- TOLBERT, C. J.; MOSSBERGER, K.; MCNEAL, R. Institutions, policy and E-government in the American States. **Public Administration Review**, v. 68, n. 3, p. 549-563, 2008.
- ZIMMERMAN, J. L. The municipal accounting maze: an analysis of political incentives. **Journal of Accounting Research**, v. 15, p. 107-44, supplement, 1977.
- YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.